

NOTA OFICIAL – VEREADOR BOSCO FOZ

Bosco Foz contesta o retorno do livro de inglês e reforça: "Pais estão sendo ignorados"

Vereador reafirma que material contém conteúdos inadequados e dão a subjetividades e defende direito das famílias de decidir o que os filhos aprendem na escola.

A decisão da Justiça que determinou o retorno do livro English After School às salas de aula da rede municipal de Foz do Iguaçu reacendeu a polêmica em torno do material. Para o vereador Bosco Foz (PL), a medida imposta por liminar da 2ª Vara da Fazenda Pública representa um desrespeito direto às famílias e ignora o direito dos pais de decidir o que seus filhos devem aprender na escola.

A ordem judicial, assinada pelo juiz Wendel Fernando Brunieri, atendeu a uma ação movida pelo Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Educação (Sinprefi) e obriga a Prefeitura a restabelecer o uso dos cerca de sete mil exemplares recolhidos em junho, sob pena de multa de R\$ 10 mil em caso de descumprimento. A medida ainda cabe recurso.

Bosco Foz, que esteve à frente da mobilização para a retirada do material, reagiu com firmeza. “A decisão judicial ignora completamente a vontade dos pais, que foram os primeiros a me procurar, preocupados com o que seus filhos estavam aprendendo. O conteúdo desse livro não é apenas inadequado, é confuso, subjetivo e introduz temas que geram insegurança na mente das crianças”, afirmou.

Para o vereador, a educação pública não pode ser um campo de experimentação ideológica. Ele argumenta que o livro utiliza abordagens disfarçadas, como a citação ao Valentine's Day (tradicionalmente o Dia dos Namorados em diversos países, sem o devido contexto), o que pode induzir interpretações equivocadas em alunos ainda em fase de alfabetização. “Estão relativizando tudo. Dizer que essa data celebra a amizade é desonesto. Em todo o mundo, ela é associada ao amor romântico. Isso pertence à formação afetiva e moral da criança, que deve ser conduzida pela família, não pela escola”.

Bosco também criticou o sindicato autor da ação. “O Sinprefi não representa todos os professores. Pelo contrário, recebi diversas mensagens de docentes revoltados com essa ação. Muitos me disseram sentir vergonha. A retirada do livro não foi uma atitude isolada, foi uma resposta legítima a um clamor social”, reforçou.

Segundo ele, a questão vai além do conteúdo didático. “A escola é feita para as crianças, não para os professores. A prioridade deve ser o que os alunos entendem, não o que grupos organizados querem impor. Um mestre de verdade é como um bom cozinheiro, não oferece frutos do mar para quem tem alergia. Com educação, é igual: não se oferece conteúdo tóxico ou ambíguo para mentes em formação, o curioso é que ambos são chamados de mestres.”

O vereador disse que a decisão judicial deve ser enfrentada com responsabilidade, mas que não recuará de sua posição. “Não estou atacando a Justiça. Mas me preocupa a inversão de valores. Quem consultou os pais? Quem ouviu as famílias? O Estado deve servir à população, não se sobrepor a ela. A escola precisa ensinar com excelência, mas quem educa são os pais, não o estado”

Bosco também afirmou que espera que a Secretaria de Educação recorra da decisão. “Ainda há tempo para rever esse absurdo. Confio que o Executivo terá coragem de defender

a população e não ceder à pressão de minorias organizadas. Essa não é uma causa política, é uma causa moral. O povo de Foz quer uma educação limpa, clara e livre de doutrinação.”

Por fim, o parlamentar reiterou seu compromisso com os valores que defende desde o início do mandato. “Não me elegi para agradar sindicatos ou grupos ideológicos. Me elegi para representar o povo. E o povo de Foz do Iguaçu já deixou claro que não aceita esse tipo de conteúdo na sala de aula. Eu continuo ao lado das famílias. Essa é uma luta por princípios, e eu não vou recuar.”

Por meio de nota, a Prefeitura de Foz informa que não foi formalmente notificada da decisão liminar proferida nesta quarta-feira (23). Assim que isso ocorrer, irá se manifestar nos autos, com o devido respeito ao Poder Judiciário.